

SESSÕES DO PLENÁRIO

10ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de fevereiro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 20/2/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Submeto ao plenário as seguintes atas: ordinárias – 7ª, 8ª, 9ª, realizadas, respectivamente, em 14, 18 e 20 de fevereiro; 2ª especial, ocorrida no dia 19 de fevereiro; e o termo de abertura da sessão do dia 21 de fevereiro de 2019.

Em discussão as atas e o termo de abertura que acabaram de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Para iniciar o Pequeno Expediente, convido o Capitão Alden pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje, eu gostaria de trazer a esta Casa uma temática relacionada à municipalização do trânsito no estado da Bahia.

Não sei se os senhores sabem que a Bahia e o Brasil vivem um quadro horroroso em relação às mortes no trânsito. Hoje, o Brasil figura na quarta posição mundial em número de vítimas que têm as suas vidas ceifadas no trânsito. Isso se considerarmos os chamados dados oficiais.

Esses dados oficiais publicados pelo Ministério da Saúde indicam, aproximadamente, 48 mil mortos por ano no Brasil. Se formos cruzar os dados relacionados não somente ao Ministério da Saúde, mas também aos cartórios, aos atestados de óbito produzidos, às mortes coletadas nos grandes hospitais gerais do Brasil, os índices não oficiais apontam algo em torno de 70 mil mortes por ano. Muito longe, muito diferente dos números apresentados pelo Ministério da Saúde e também pelo Ministério das Cidades.

Temos aí, então, uma grande diferença no número de pessoas que morrem vítimas de acidente de trânsito. Fica pior, Sr. Presidente, quando você verifica que desde o ano de 2012 o Brasil arrecada anualmente mais de R\$ 8 bilhões somente com o seguro DPVAT, que é o seguro obrigatório destinado ao custeio de programas de prevenção a acidentes de trânsito. Infelizmente, o governo do PT, desde o ano de 2012 até 2017, simplesmente congelou 95% de todos os recursos que seriam destinados e aplicados nas campanhas de prevenção a acidentes de trânsito.

Como se não bastasse, dos 417 municípios do estado da Bahia, apenas 65 estão com seu trânsito municipalizados. Ou seja, dos 417 municípios baianos, somente 65 possuem órgão de trânsito municipal.

Se observarmos a realidade do país, dos quase 5.700 municípios que temos, hoje, no Brasil inteiro, apenas e tão somente 10% de todos os municípios brasileiros possuem órgãos de trânsito municipal. Isso é, realmente, uma vergonha! Não adianta você ter congelados 95% dos recursos para campanha e prevenção de acidente de trânsito e, na Bahia, você ter mais de 80% dos municípios que não possuem órgão de trânsito municipalizado.

Naqueles municípios que não possuem órgão de trânsito, quem faz a fiscalização, justamente, é a Polícia Militar da Bahia, que com seus 30 mil homens de efetivo não consegue dar conta da criminalidade, dos índices de ocorrência policial, imaginem, então, dar conta das questões relacionadas ao trânsito.

Fica aqui a nossa posição. Precisamos cobrar do Detran e do Ministério Público para que cobrem das prefeituras a criação dos órgãos municipais, para que haja uma efetiva fiscalização do trânsito. E também a efetiva gestão do trânsito. Apenas com equipes qualificadas, com equipes técnicas é que poderemos pensar em um trânsito qualificado, em um trânsito seguro, que vise a redução de acidentes e mortes no nosso país.

Um outro alerta também é com respeito à quantidade de pessoas que estão vitimadas diariamente. Os nossos hospitais gerais não conseguem mais comportar a quantidade de vítimas que recebem diariamente relacionadas a acidentes de trânsito. Então, a gente precisa verificar um investimento adequado e necessário para ampliar os leitos para que possam atender as vítimas que vêm de todo o estado da Bahia procurando assistência adequada.

Fica aqui o nosso registro...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e o nosso apoio ao Detran, para que ele fomente políticas de incentivo à criação de órgãos municipais de trânsito.

Obrigado, Sr.^a Presidente. Boa tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Zó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ: Presidenta, saúdo os deputados e, na pessoa da deputada Olívia Santana, saúdo todas as deputadas desta Casa.

Retorno à tribuna desta Casa para tratar de um assunto relacionado à educação em Remanso, na Bahia, cidade que fica às margens do Lago de Sobradinho, já que a *TV Bahia* passou, essa semana, uma matéria sobre as condições em que os alunos vão à escola naquele município.

Ter cidades que não dão condições de transporte aos alunos, que têm escola caindo aos pedaços, não é algo anormal neste país; infelizmente, é algo até normal. Claro, existem cidades que têm educação organizada, onde funcionam bem o transporte, a merenda, as condições estruturais do salário dos professores. Posso incluir nisso Licínio de Almeida e Juazeiro. Sei que há outras, mas as que conheço são essas.

O grande problema, presidenta, é que – não sei se está virando moda neste país – a denúncia partiu de um vereador do PCdoB, o Didi. Mas a quantidade de denúncias é muito maior do que as que passaram na TV. Há outras denúncias e nós vamos apurá-las!

O que acontece, meu querido Robinson? A secretária, a mando do prefeito de Remanso – certamente não fez isso da cabeça dela, porque eu acho que ela nem tem tanta capacidade para isso – abriu uma denúncia na Câmara de Vereadores, está aqui, por quebra do decoro parlamentar, para instalar uma comissão e cassar o mandato do vereador Didi.

As denúncias do vereador foram comprovadas: transporte de crianças em carroças de burro, falta de merenda, escola em condições precárias. E aí o que acontece? A secretária, em vez de corrigir o erro que ela está cometendo, junto com o prefeito, contra a comunidade de Remanso, contra as crianças de Remanso, atitude que compromete o futuro das crianças de Remanso... Não! Sabe o que ela faz, querido Adolfo? Vai à Câmara e protocola um documento, que está aqui, pedindo que se crie uma comissão para cassar, por quebra de decoro parlamentar, o vereador que denunciou, no exercício pleno do seu mandato, o absurdo de crianças andando 6 quilômetros para irem à escola, a pé ou de carroça. E mais: os armários não têm merenda e não se tem água no sanitário para que as crianças possam, depois de efetuar suas necessidades, dar a descarga e lavar as mãos.

É essa a situação que ela devia procurar conhecer. Se não tem capacidade, entregue o cargo, porque o prefeito... Não é só esse desmando que tem em Remanso; há diversos outros. Agora, se esse prefeito imagina que o vereador Didi está sozinho, ele não está! Do jeito que eles estão agindo, pode ser que também chegue aqui, na segunda-feira, um pedido para cassar o meu mandato.

Vou a Remanso sexta-feira para averiguar, junto com o vereador Didi, com o nosso líder Marcos Palmeira, com os demais integrantes da nossa bancada – vereadores Joãozinho, Humberto e Marechal –, as condições da educação naquela cidade.

Agora, o prefeito acabou de receber aquele dinheiro do precatório, algo em torno de 30 milhões, e as condições da educação, de transporte escolar, de merenda, da estrutura escolar são essas. Não vamos admitir que eles queiram coagir o nosso vereador que está fazendo o seu trabalho como parlamentar, meu caro Marcell Moraes, senão daqui a pouco vai virar moda! O deputado estadual, o deputado federal, o senador não vão poder falar.

Não! Ele vai continuar denunciando, e agora vai ter o reforço do deputado estadual Zó, que vai botar um requerimento na Comissão de Educação desta Casa para que faça uma visita a Remanso para averiguar as condições das crianças. Elas são transportadas, Marcell, você que defende os animais aqui, em carroça de burro. É o único transporte que existe, já que o prefeito não bota transporte escolar. E aquela prefeitura recebeu 30 milhões do Fundeb...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) daquele tal de precatório.

Quero dizer ao prefeito de Remanso que não adianta intimidar o vereador Didi nem nenhuma outra liderança nossa. Sexta-feira eu estarei lá, vou visitar as escolas, vou visitar a comunidade de São Bento. Espero, prefeito, que você não queria mandar um pedido para cassar o meu mandato por falta de decoro parlamentar. Até porque eu tenho certeza de que isso não vai acontecer aqui nem vai acontecer na cidade de Remanso, porque a Câmara de Vereadores sabe o papel do vereador.

Então...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) um grande abraço. Remanso, estarei aí sexta-feira para averiguar os desmandos na educação da cidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, semana passada estive aqui, nesta tribuna, e denunciei a existência de epidemia de dengue no município de Feira de Santana. Através da imprensa, S. Ex.^a o prefeito Colbert Martins Filho, me respondeu dizendo o seguinte, abre aspas: “O deputado Targino Machado é de nosso grupo. Quero vê-lo dando a sua contribuição conosco, se juntar a esse exército de agentes que têm feito um trabalho incansável”. Veja como equivocado é o prefeito Colbert Martins Filho. Primeiro, eu não sou de grupo dele; ele não tem grupo. O grupo que herdou de um homem trabalhador, que foi o seu pai, ele, pela sua inação, pela sua falta de habilidade política, destruiu, não é? Na verdade, ele chegou ao poder não pelo grupo dele, por força de grupo dele, porque há muitos anos esse prefeito Colbert Martins da Silva não consegue não consegue a metade da quantidade de votos para eleger um vereador sequer. Então, não tem grupo.

A segunda coisa, ele diz que eu preciso dar minha contribuição. Será que ele está querendo renunciar ao mandato que, na verdade, foi emprestado a ele por Zé Ronaldo? Será que é isso? Será que ele quer delegar a mim as tarefas de prefeito, quando o prefeito é ele? Essas tarefas são indelegáveis, intransferíveis, não é?

V. Ex.^a renuncia que o povo há de tomar outras providências. Aliás, V. Ex.^a, prefeito Colbert Martins, precisa começar a trabalhar, porque o que dizem lá na cidade é que existe um prefeito novo que tomou posse 10 meses atrás, mas que não manda em nada. Isso é o que se diz. E muito por causa da preguiça do prefeito Colbert Martins da Silva.

Enquanto isso, pelo amor de Deus, prefeito, saia da prefeitura e vá para a rua trabalhar, vá tomar conta do povo de Feira de Santana, porque são 1.600 casos de dengue notificados, mais de 600 confirmados. Três mortes já aconteceram em Feira de Santana, confirmadas, por dengue; uma delas era uma jovem de 18 anos. E V. Ex.^a, prefeito Colbert Martins, que é médico por formação... Eu quero saber de V. Ex.^a quanto vale, quanto custa para o senhor uma vida. Parece que para o senhor não custa nada!

Estou aqui a combatê-lo, e vou continuar, o senhor goste ou não. Agora, pare com essa história, porque quem tem grupo, Colbert, é índio, quem tem grupo é ladrão. Eu não pertencço a grupo de ninguém, muito menos de V. Ex.^a, que não tem grupo nenhum.

Eu quero, Sr.^a Presidente, voltar a falar aqui sobre Previdência. Esse assunto voltou com muita força à baila em nível nacional...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e aqui haveremos de falar, de tratar desses assuntos, eu e quase a totalidade dos deputados, cada um apresentando a sua visão, a sua ótica. Mas, antes de falarmos do governo federal, quero falar da Bahia para apontar a primeira causa da derrocada da Previdência estadual...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Sr.^a Presidente, com a vossa tolerância.

(...) Aqui, para cada dez funcionários em atividade, contribuindo para a Previdência, nós temos 8,5 aposentados. Isso é por conta da precarização dos funcionários no governo da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr.^a Deputada Maria del Carmen, ora presidindo esta sessão – aliás, a senhora vem com uma constância muito grande presidindo esta Casa; acho que gostou (risos) –, nobres deputados, nobres deputadas, senhores da imprensa, nossas queridas servidoras, nossos servidores desta Casa, senhores que nos assistem pela *TV ALBA*, hoje, boa parte das cidades do nosso estado, especialmente as ribeirinhas, aquelas que ficam na beira do Rio São Francisco, realizaram diversos atos organizados pelos movimentos sociais – principalmente os movimentos de atingidos por barragens – e também pela Cáritas.

Esses atos se destinavam, primeiro, a ser solidário àqueles que morreram nesses ditos desastres – na verdade, crimes ambientais – como também à denúncia do estado do nosso grande rio. Em defesa do Rio São Francisco não só pelo que ocorreu em Brumadinho, mas também pelas consequências que ainda podem ocorrer e pela grave crise hídrica e ambiental por que passa esse rio.

Então esses atos são muito importantes no sentido de rememorar e cobrar para que a Vale não repita o que vem fazendo em relação ao crime da Samarco, tendo em vista que até hoje ainda se arrastam as decisões e as medidas que têm de ser tomadas no sentido de reparar – se é que é possível – o que ocorreu.

Então nós podemos falar dos mortos, identificar, indenizar ali seus familiares, mas não se pode dimensionar a consequência do crime ambiental contra trilhões de seres vivos que foram ali dizimados.

Ali, o estado de Minas está sendo destruído pela ganância do capital. Porque o que está por trás desses crimes é justamente a flexibilização do licenciamento ambiental, a pressa, os não estudos aprofundados no sentido de que a gente tenha a garantia de que isso não irá ocorrer mais neste país. Mas, infelizmente, ainda temos 83 barragens nessas condições. Essas barragens têm que ser proibidas.

Barragem a montante foram proibidas no Chile, que é um minerador muito maior do que este país, porque tem toda sua economia voltada – não tem a dimensão dos recursos naturais –, mas em economia, é um dos países mais importantes da

América. E ali já se proibiram barragens a montante. Deputado Marcell, nós temos que proibir no nosso estado.

Nós já encaminhamos um projeto no sentido de proibir construção de barragens a montante para rejeitos minerais.

Então, hoje, 25 de fevereiro, se completam 30 dias desse crime. E a Samarco, que já era tida como um dos maiores desastres ambientais do mundo, se repete. E agora temos um dos maiores acidentes de trabalho com a morte criminoso de trabalhadores, que foram justamente...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) alocados a montante daquela barragem que quando desmoronou, matou – eu diria assassinou – aquela quantidade de trabalhadores. E ainda permanecem desaparecidos um sem-número, com toda sua consequência, porque agora todos aqueles elementos tóxicos podem chegar ao Rio São Francisco através de um dos afluentes importantes...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que é o Paraopeba.

Então, presidente, quero registrar aqui o movimento Atingidos por Barragens nessa grande mobilização no Nordeste brasileiro. É por isso que estamos lutando juntos, para que isso nunca mais aconteça no nosso país.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de ATÉ 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Ocupamos esta tribuna para tratar de uma verdadeira tragédia do amanhã, que é o que significa essa proposta de reforma ou contrarreforma da Previdência, apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro e o seu super-ministro de destruição nacional.

Eu acho interessante, inclusive, a fala do presidente, a trajetória dele, quando trata da importância do fortalecimento da família. Existe demagogia maior do que falar de fortalecimento, de fazer um contra movimento ao esgarçamento da família brasileira do que propor um projeto que, na prática, vai destruir a Seguridade Social no país?

E aí, eu quero começar pela questão da Previdência. Veja, nós tínhamos uma situação em que, pelas regras anteriores, os 60, 65 anos de contribuição, eles faziam uma espécie de encontro de contas com a contribuição, a trajetória de contribuição para a previdência pública. Isso, pela proposta de Bolsonaro, acaba! Ou vai ser 62 anos para mulheres, ou 65 para homens, ou vai ser, se não tiver completado 40 anos de contribuição... A partir disso, a proposta de Bolsonaro acaba com a possibilidade das mulheres se aposentarem com menos de 62 anos pelo regime geral, e dos homens se aposentarem com menos de 65, acrescentado o número de anos suficientes para se completar, para se ter a aposentadoria que chega próximo à integralidade, que eles chamam de integralidade, mas é apenas 80% da média... Para se chegar a isso tem

que ter uma contribuição de 40 anos. Ou seja, no exemplo prático, se alguém completa 65 anos, mas só consegue comprovar a contribuição de 20 anos, com esse mercado de trabalho, com todas as falcaturas que as grandes empresas, como a *Rede Globo*, o Bradesco, o Itaú fizeram com a Previdência do nosso povo, com as contribuições dos trabalhadores, se alguém só consegue comprovar 20 anos de contribuição, significa que ele pode chegar a se aposentar com mais de 85 anos. Ou seja, não tem aposentadoria para os trabalhadores precarizados. Aliás, especificamente no momento em que, com o voto de Jair Bolsonaro, o presidente golpista do Michel Temer aprovou a famigerada reforma trabalhista.

E aqui eu quero apenas salientar um ponto para nós estabelecermos um *link* mínimo – muitos debates serão necessários para desvelar essa proposta – que é o trabalho intermitente. O trabalho intermitente coloca uma situação em que o trabalhador pode ter 1 mês em que ele não consiga completar 30 dias de contribuição. O que vai significar que essa conta não vai estar no seu acúmulo de anos necessários para a aposentaria, deputado Marcelino Galo, o que significa, na prática, que ele vai ter uma minimização enorme da sua contribuição.

A esmagadora maioria dessa geração que está pegando a reforma trabalhista e daqueles e daquelas que estão sendo demitidos, inclusive para serem recontratados com o que eles chamam de carteira verde e amarela, essa geração não terá direito a aposentadoria! Vai morrer trabalhando! É uma crueldade terrível com os trabalhadores do regime geral, com os trabalhadores rurais também, porque o presidente, além de aumentar o tempo da idade para 62 anos, além disso, aumentar de 15 para 20 a comprovação, mais a comprovação de contribuição, e não mais a comprovação do envolvimento na produção. Significa que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais vão ter que comprovar 20 anos de contribuição! Isso é impossível na realidade brasileira! Mais uma vez, nós vamos ter toda uma geração morrendo no campo nesse trabalho penoso, sem aposentadoria.

Por fim, eu não queria deixar de tratar aqui do problema da repartição...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) versus capitalização, Sr. Presidente, com a sua compreensão. Porque para nós isso é um dos elementos mais danosos, e ficou claro, com as reflexões de Maria Lúcia Fatorelli, a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã. Essa substituição do regime de repartição para um regime de capitalização vai significar quebra total da solidariedade na nossa Seguridade Social. O que significa...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) por um lado, para concluir, Sr. Presidente, primeiro, que os recursos vão ser individualizados. Então, um trabalhador não vai poder compensar a falta do outro na contribuição. Isso joga mais ainda uma parte dos trabalhadores no limbo. A contribuição previdenciária não vai mais para a previdência pública, porque os fundos de pensão e previdência privados vão grassar neste país.

E por fim, os recursos não indo para a previdência pública também vão vitimar o SUS. Ou seja, a saúde e a assistência social neste país vão para o buraco. Ou seja, o que se anuncia, como eu disse, é uma tragédia do amanhã. Por isso eu quero finalizar,

Sr. Presidente, contra a tragédia do amanhã, uma greve geral cidadã. Não tem outra alternativa para o povo brasileiro do que afirmar a sua cidadania através de uma greve geral cidadã, que pare este país para acertar do ponto de vista da sua imensa maioria.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o Pastor Tom pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, quero dar boa tarde a todos e agradecer essa oportunidade de usar esses microfones potentes de um Poder. Mas com muita humildade eu quero louvar a Deus por mais um dia que ele nos dá e falar um pouco sobre o partido PSL.

E queria trazer aqui um assunto de grande relevância não só aqui para Salvador, enfim, para a Bahia, caro amigo deputado Targino Machado. O café da manhã é melhor, não é? Tudo bem. A deputada Daiane Pimentel, ela tem se empenhado para que o hospital de Paulo Afonso, o Nair Alves de Souza, não venha fechar as portas. Sabemos que esse hospital é administrado pela Chesf, e com isso o prefeito da cidade tem falado mal do governo federal, onde ela entendeu e viu aquilo ali e quis dar sua contribuição para que o hospital não fechasse. Inclusive já abriu um diálogo, em Brasília, para que o hospital em Paulo Afonso venha estar de pé, funcionando e dando a qualidade melhor ao povo daquela cidade.

Também, quero aproveitar este momento, para dizer também que a deputada apresentou um projeto de lei, para que seja incluída na grade de disciplina das escolas, a matéria Moral e Cívica.

Lembro-me de que quando eu estudava nos colégios públicos, a professora, a diretora, colocava a gente para jurar a Bandeira do Brasil, a Bandeira da Bahia, e aquilo era muito significativo para nós. O ato que a deputada Daiane Pimentel faz agora é um ato louvável, porque sabemos que vários alunos da nossa cidade, aliás da Bahia, estão sendo direcionados a bater em professores, a destruir o colégio.

Então, meu caro deputado, meu amigo Targino Machado, Moral e Cívica, é uma matéria que irá melhorar o ensino, é um projeto de grande relevância. A deputada sai na frente, e por ser professora, entende desse assunto. É importante para o Brasil, e eu acho que esse projeto não é um projeto de siglas partidárias. É um projeto de quem ama o Brasil, é um projeto que quer ver a educação ter voz e vez.

Então, quero aqui parabenizá-la, por entender que é um projeto com o qual a deputada sai na frente, ali no Congresso. É um projeto que irá valorizar os alunos, os professores, porque se tivermos uma boa educação, com certeza, nós teremos pessoas capacitadas, teremos um pai de família, uma mãe de família exemplar, porque estarão aprendendo a honrar. Estarão aprendendo honrar o seu Brasil, estarão aprendendo honrar a Bahia. Não podemos ficar aqui calados.

Gostaria de parabenizar a deputada por essa atitude, por essa ação de apresentar esse grande projeto, e dizer também, a esta Casa, que no dia de amanhã,

trarei um assunto que é de grande importância. No final de semana eu tive várias solicitações de pessoas que procuraram o Planserv, deputado Capitão Alden, e passaram dificuldades, inclusive policiais militares.

Uma policial da minha cidade estava trabalhando com a moto da polícia, se acidentou, e agora está lá mendigando para fazer uma cirurgia no tornozelo, e o Planserv ainda não liberou a autorização para realização da cirurgia.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Tratarei desse assunto amanhã. Não podemos ficar calados diante de uma situação dessa, porque acho que isso é um crime hediondo. O que estão fazendo com o Planserv, na Bahia, é um crime hediondo. Há famílias ali que dependem do plano e não estamos pedindo nada a ninguém porque pagamos por ele.

O plano Planserv tem que operar em alta como estava operando, para...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) dar melhor qualidade aos usuários, porque nós pagamos, não é de graça!

Não tenho dúvida de que o Capitão Alden também está preparando documentos para apresentar a esta Casa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmem Lula): Concluindo.

O Sr. PASTOR TOM: Concluindo, Sr.^a Presidenta, dizendo: “Posso todas as coisas Naquele que me fortalece. Que é o Rei dos Reis, o Senhor do Senhores, o Leão da Tribo de Judá!”

Oh! Glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmem Lula): Com a palavra o deputado Alan Sanches, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Boa tarde, queria cumprimentar os deputados e deputadas nesta Casa, demais cidadãos que nos acompanham.

Eu fui surpreendido, na sexta-feira, novamente, não é? Parece que me persegue o tema: saúde. Na sexta-feira, saiu uma nota da Sesab, em todos esses *blogs*, informando que houve uma redução de 2 mil e 200 – não sei os números absolutos – e que tinha reduzido pela primeira vez abaixo de mil. Mas, conversando com as pessoas, e isso estava sendo, inclusive, parabenizado, o secretário, mas conversando com as pessoas, a história da denúncia que chegou a mim, que eu estarei levando ao Cremeb, é diferente.

Porque quando a gente fala... Vou tentar aqui ser bem didático para V. Ex.^{as} e as pessoas que estão nos acompanhando: digamos que um paciente chega na UPA. Esse paciente será atendido, será estabilizado, ou terá alta, ou será deixado lá para solicitar a regulação. Quando você vai solicitar a regulação, o médico que atende tem de fazer um relatório. Ou seja, a regulação é um ato médico. E ele diz o seguinte: o paciente está assim, está assado, conta a história e coloca os exames que são necessários.

Vou dá um exemplo: Digamos que o deputado Targino estivesse lá como médico atendendo e por algum motivo não constasse ali, o ECG, o eletrocardiograma do paciente. O médico regulador, da regulação, entrava em contato com a unidade reguladora e dizia o seguinte: “Olha, vocês não colocaram, deputado Targino, o ECG e eu só posso transferir o paciente, porque senão vai ficar ocupando o leito, quando o senhor, o médico, colocar o resultado do ECG”. Pronto! A unidade solicitante fazia isso e dizia: “Tá tudo pronto”.

O que que estão fazendo agora? Olhem como foram retirados esses pacientes. Essa é a denúncia que chega para mim: “Não! Está faltando ECG! Tira da tela!” Só que quando ele tira da tela, o paciente que continua precisando da regulação, desses cuidados médicos, agora já não está mais na regulação. Ou seja, está limpando a tela da regulação. Aí um outro paciente que precisa de um outro tipo de coisa: “Não, não. Esse paciente também não tem condição aqui. Pode tirar.” “Esse não tem perfil.”. Ou seja, estão limpando a regulação, não por estar resolvendo os problemas, mas porque estão tirando os pacientes, sem comunicarem a unidade solicitante, ao médico solicitante que estão tirando o paciente da tela.

Ou seja, se a sua mãe estiver lá precisando da regulação, e o nome dela for retirado da tela, o médico e a unidade não ficam sabendo. E você fica crente que o paciente está lá, mas não está! O paciente é retirado da tela da regulação sem o consentimento e o conhecimento de absolutamente ninguém. E você já preencheu o relatório, já preencheu todos os dados. E aí vem a família e lhe pergunta: “Doutor, minha mãe está aqui desde ontem.” “Minha mãe está aqui há 3 dias.” E você: “Não, estou esperando a regulação. Quando vai ver, não está mais na tela da regulação.

Assim, essa é a denúncia que chega, informando que é dessa forma que a Secretaria da Saúde está limpando a regulação. Mas aí daqui a pouco não vai ficar nenhum! Porque é muito comum faltar um tipo de exame, e às vezes com aquele exame não teria problema nenhum. Então eu posso começar a fazer um tipo de exigência para que você coloque na regulação!

Vocês imaginam como é que vão ficar esses pacientes? Vão continuar nas suas unidades, na unidade de pronto-atendimento, esperando a regulação.

Eu acho que não é dessa forma que a gente deve fazer política, não é dessa forma que a gente deve trabalhar para fazer saúde. Por quê? O que é que está acontecendo? Esses pacientes continuarão precisando da regulação porque a unidade onde se encontram não tem condição de resolver o seu problema. Mas a Sesab achou por bem agora eu tirar, se estiver faltando algum tipo de exame ou se eu achar que não tem...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) motivo para regular.

Então estarei levando isso ao conhecimento do Conselho Regional de Medicina porque, como eu disse aqui antes, o ato de colocar na regulação é um ato médico. Verifique se isso está acontecendo, foram vários coordenadores de UPA falando sobre isso, trazendo ao meu conhecimento para que a gente verifique, porque não é dessa

forma que se faz saúde, não é dessa forma que se trata o paciente, o baiano, o cidadão que precisa de saúde.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Robinson Almeida pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr.^a Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, querido povo baiano, hoje venho me associar aqui às palavras do nosso Líder, deputado Marcelino Galo, que fez um veemente protesto aos 30 dias do segundo maior desastre ambiental do país, que foi o rompimento da Barragem de Brumadinho, que já é sucessor do maior crime ambiental, que foi o da barragem no município de Mariana.

O Brasil não puniu os responsáveis pela primeira tragédia. A Vale, que nenhuma providência de eficiência tomou, continua impune, e o Brasil assistindo a uma verdadeira odisséia para achar corpos soterrados há 30 dias sob a lama dos rejeitos dessa barragem. Foram 180 corpos identificados, mais de 100 desaparecidos e consequências ambientais de grandes proporções, inclusive atingindo aqui, a Bahia, ameaçando a nossa fauna e a nossa flora, o nosso Rio São Francisco.

Hoje eu fui ao Ministério Público Estadual acompanhar as vítimas de outra tragédia, essa baiana. Há 20 anos, mais de 20 anos, a explosão de uma fábrica de fogos em Santo Antônio de Jesus tirou a vida de 64 pessoas, deixou muitos sequelados e um grande passivo para aquela população pobre, que até hoje não teve a sua reparação assegurada.

E nós fomos ao Ministério Público hoje pedir que agilize o processo de cumprimento da sentença de prisão dos responsáveis por aquele episódio. Falo do empresário Osvaldo Prazeres, conhecido como Vardo Fogueteiro, que ainda, pasmem, continua produzindo fogos da mesma forma que há 20 anos.

Espero que a justiça deste país seja feita nesse caso, porque você já tem a condenação em primeira instância, a condenação aqui no Tribunal de Justiça (em segunda instância), também no STJ, e agora exauridos todos os recursos no STF. A primeira condenação foi em 2010, estamos em 2019, e não há a execução da prisão dessas pessoas envolvidas, dos criminosos envolvidos nessa tragédia que ceifou a vida de 64 pessoas na minha querida Santo Antônio de Jesus.

Então, que o exemplo da impunidade, que salta aos olhos, não continue vigorando para que uma nova tragédia promova algum tipo de mobilização e reação do Estado brasileiro, da sociedade brasileira. O que nós estamos vendo com a mineração é iminente que ocorra com a fabricação de fogos. Se tivemos Brumadinho depois de Mariana, podemos ter uma outra tragédia depois do 11 de dezembro, 20 anos passados.

Por último, eu quero aproveitar esse 1 minuto para prestar minha solidariedade ao povo da Venezuela, que é vítima de um ataque covarde engendrado pelo Estados

Unidos, que pegou como boi de piranha o governo da Colômbia e o governo brasileiro, esse fraco governo brasileiro comandado pelo presidente Bolsonaro, que virou uma marionete de Trump para fazer uma farsa, deputado Jacó, de ajuda humanitária, quando o Brasil tem 55,6 milhões de pessoas na linha da pobreza, e ele quer tirar os direitos com a reforma da Previdência...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) E agora vai fazer um teatro na fronteira: arranjar dois caminhões de alimentos para tirar a soberania do povo venezuelano.

Não estou aqui para defender os eventuais excessos que ocorrem naquele país, mas estou para defender a soberania, a autodeterminação do povo venezuelano para decidir o seu destino. Os Estados Unidos não devem meter a mão no petróleo venezuelano, porque essa é a questão de fundo, e usar o Brasil e a Colômbia...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) para serem as suas buchas de canhão.

Fica aqui a minha solidariedade ao povo venezuelano e o aviso a Trump e todos os seus aliados: tirem a mão da Venezuela! Tirem a mão do petróleo venezuelano! Ele é propriedade daquele povo.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Sr.^a Presidenta, deputada Maria del Carmen, Srs. Deputados e Deputadas aqui presentes, eu quero repetir aqui uma frase de uma cantiga popular: “Deixa-me viver, deixa-me crescer, deixa-me organizar.”

O nosso povo, o povo brasileiro, homens e mulheres, não tem outra coisa para fazer neste momento a não ser continuar na batalha da organização para vencer as insensibilidades, as crueldades que ocorrem neste momento neste país. Porque não é de agora, a nossa história sempre foi desumana, deputado Robinson, que tão atenciosamente me observa, nunca posso esquecer dos milhões de indígenas que foram dizimados, nunca posso me esquecer dos milhões de negros que foram massacrados, escravizados, sendo tiradas suas peles no Pelourinho para produzir riquezas neste país. Nunca posso me esquecer dos agricultores e agricultoras familiares que por décadas viveram em casebres tão pobres que se misturavam entre eles os barbeiros que moravam nas gretas das casas feitas de barro.

Tudo isso é violência, é crime, é dor, e a gente precisa realmente anunciar aqui, através da *TV Assembleia*, porque muitos nos ouvem neste momento, para dizer que aqui tem companheiros e companheiras de batalha. Alguns os criticam porque eles são os vermelhos, porque são as esquerdas, mas aí desse povo brasileiro se não fosse a nossa braveza, a nossa ousadia, a nossa coragem, porque a tirania já teria dizimado muito mais pessoas.

Então é por isso que venho aqui fazer coro com as vozes do nosso partido, que teve como deliberação fazer hoje um manifesto a favor da vida, e contra os tiranos da Vale, e contra os tiranos do governo federal, que impõem aos brasileiros a morte, que impõem a dor e o sofrimento quando, para o capital, não tem lucro. Para o capital o que interessa é a ganância, é o bem viver deles e dos deles, não importa que milhões passem fome, não tenham atendimento nos hospitais, porque, se numa hora um deputado critica aqui algumas coisas do SUS... Mas pensem que foram eles mesmos e os deles que votaram a PEC 55, que reduziu por 20 anos os investimentos na saúde e na educação.

Imaginem como é bom falar para a plateia sobre aquilo que está ruim, mas na prática o seu dedo aperta e digita a tecla dos projetos que são tiranos, que tiram o direito do homem e da mulher brasileira viver com dignidade. Por isso eu quero me somar à voz do nosso partido contra os tiranos que estão na Vale em Minas Gerais, porque esse mesmo presidente que disse no dia anterior que não aconteceria mais, que não haveria outras “Marianas”, até hoje ainda não disse nada sobre os 300, entre mortos e desaparecidos, e os sofrendores, e a tragédia que continuará, inclusive, aqui na Bahia, se atingir o rio São Francisco.

Ontem fui criticada por um conterrâneo de Paripiranga quando eu disse que jamais seria contra quem luta pela soberania do seu país, porque eu participei lá na página da internet do manifesto do PT, PCdoB e PSOL, todos os partidos contra essa tragédia...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) dos outros países contra a Venezuela, e ele me disse: “Ah! você é uma louca!” Eu disse: “Realmente eu posso até ser, sou louca pelo direito da nossa população viver feliz e viver com dignidade, sempre contra a tortura, o massacre, o lucro exagerado e aqueles que perseguem os lutadores”. Portanto, quero encerrar também com a minha palavra: Lula livre...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Neusa Cadore pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a NEUSA LULA CADORE: Sr.^a Presidenta, deputada Maria del Carmen, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, visitantes que nos assistem nas Galerias Paulo Jackson, eu também quero me associar às falas aqui pronunciadas e me unir, neste momento, a milhares de pessoas pelo Brasil afora neste dia em que nós temos a marca de 30 dias pós-Brumadinho, a esse sentimento de dor, de perda, de indignação que, com certeza, toma conta de muita gente em nosso país. O que aconteceu em Brumadinho foi o maior acidente de trabalho, foi o pior desastre acontecido em uma barragem... Na verdade, não é um acidente, não é um desastre, é um crime contra a população brasileira e merece o nosso repúdio.

Mas ontem, dia 24 de fevereiro, foi uma data muito importante, deputada Olívia, presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, deputada Fátima Nunes, deputada Maria del Carmen, que ocupa a 1ª Secretária da Mesa, deputada Talita, foi uma data importante no calendário de luta das mulheres brasileiras, não é? São 87 anos de conquista do voto feminino. Mas também é lamentável que, quase 90 anos depois dessa conquista, a gente ainda represente apenas 12% dos lugares instituídos, seja no Parlamento, seja no Executivo.

A gente sabe que essa situação, ela tem a sua raiz numa cultura patriarcal, numa cultura machista, num país que convive com muita naturalidade com a desigualdade social, num país onde seis famílias detêm a metade da riqueza do nosso Brasil e têm a mesma riqueza que 100 milhões de brasileiros, num país onde todos os dias, a cada segundo, as mulheres sofrem violência, num país onde as mulheres ganham, pelo mesmo trabalho, cerca de 70 % do que recebem os homens.

Mas o dia em que nós comemoramos a conquista do voto feminino é também o dia em que a gente precisa pautar a sociedade brasileira e dizer que queremos respeito à lei eleitoral, queremos que a política de cotas seja tratada com a seriedade que pode garantir o nosso direito de estar na política. Nós queremos influenciar, queremos contribuir para que a democracia, de fato, se traduza em políticas públicas, em conquistas de direitos para as mulheres, em transformação da nossa sociedade.

Então hoje é o dia em que nós queremos fazer essa reflexão e dizer que as mulheres, em coletivos, em associações, em cooperativas, as mulheres têm contribuído bastante para a formulação de políticas públicas, para a luta contra a violência, contra a exclusão, contra a dificuldade de oportunidades para acessar o mercado de trabalho, quando grande parte delas é chefe de família.

Queremos, sim, poder mudar essa realidade, queremos paridade na política, queremos o reconhecimento do nosso direito de participar das mudanças necessárias em nosso país.

E hoje quero fazer uma saudação especial a todas as mulheres que têm batalhado nos bastidores, sem reconhecimento, mas, há, sim, conquistas concretas, que é a deputada Olívia, que foi secretária de Mulheres, secretária do Trabalho, Emprego e Renda, ela sabe do que estou falando, sabe das nossas pautas, dos direitos conquistados. Neste momento de tanto retrocesso, nós queremos saudar a Marcha das Margaridas, que neste ano vai fazer a sua grande caminhada a Brasília, porque não desistimos.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Queremos saudar a Marcha Mundial de Mulheres e dizer que estamos, sim, vivas, fortes e queremos a sensibilidade da sociedade, a sensibilidade do partido para que nesta Casa, para que em todas as câmaras, para que no espaço da política, metade das cadeiras, ao menos a metade, seja das mulheres.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado José de Arimateia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Isso aqui é o quê, rapaz? Significa o quê isso aqui? Eu preciso saber o que é, para saber se apoio ou não apoio...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Mas... isso aqui é referente a quê?

A Sr.^a Neusa Lula Cadore: Ao crime.

O Sr. Roberto Carlos: É referente a Brumadinho...

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Ah! Então eu apoio. Realmente não foi um acidente, foi uma tragédia anunciada. Deixa aí. Muito bem. A pessoa tem que ser coerente.

É... Sr.^a Presidente, eu venho a esta tribuna com a mesma preocupação do deputado Targino Machado, que a usou há pouco tempo... a questão da dengue em Feira de Santana. Mas, antes, eu gostaria de falar dessa questão dessas epidemias, da dengue, de outros problemas a respeito da saúde pública. Isso não é de agora que acontece, não é de agora que isso vem acontecendo. Entra gestão, sai gestão...

(Intervenção fora do microfone.)

Estou falando de uma forma geral, deputado Targino.

(...) Os prefeitos do nosso estado, eles precisam trabalhar com a conscientização, a prevenção. Os prefeitos, eles têm a obrigação, como chefe do Executivo, como chefe de uma nação, que é uma cidade, ou um estado, ou um governo... Isso não é só para o prefeito, não, isso é para os governadores e o próprio presidente da República.

Como é que a gente chega a um ponto como esse? Se você chegar na rede pública, que é onde tem o número grande de estudantes, do fundamental ao ensino médio, e perguntar se aqueles jovens, se eles sabem o que é a prevenção, a respeito das políticas... Por exemplo, agora, já é anunciada a questão da dengue, já está instalada, já está acontecendo no estado todo. Então isso já era para ter sido preparado na própria rede de ensino, porque a população tem que fazer sua parte, se conscientizar. Tem que olhar lá na sua casa se tem algum pneu lá no quintal, como é que está lá na frente da sua casa, no jardim, se tem alguma vasilha.

Enfim, essas questões, deputada, não são esclarecidas. O secretário de Educação do município, o do estado têm que dar esse alerta geral antes de que o problema venha a estourar. Por exemplo, eu estava vendo aqui a portaria do Ministério da Saúde que diz o seguinte: (Lê): *“A portaria estabeleceu, também, o número mínimo de agente de endemias por critério populacional.”* Era assim. Agora, o que foi que o governo fez? *“Conforme a nova definição dos agentes comunitários de endemias, passíveis de contratação com recursos do AFC...”*, que é Assistência Financeira Complementar da União, cada agente, agora, vai ser responsável por fiscalizar 800 imóveis. Cada agente. Imaginem, cada agente vai ser responsável por fiscalizar. O governo está aumentando o recurso que já passa, que já é carimbado para cada município. *“Com o novo limite de agentes que podem ser empregados pelas*

prefeituras – com o auxílio da Assistência Financeira Complementar da União (AFC) – a capacidade de contratação destes profissionais passa de 62.154 para 89.708, conforme a portaria 535, publicada no Diário Oficial da União. O AFC é um auxílio financeiro, pago mensalmente pela pasta, aos municípios que comprometerem acima de 50% do seu Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS).”

Então, no caso de Feira de Santana, o que o prefeito tem que fazer? Lá só são 232 agentes, não é isso, deputado? O prefeito tem que contratar mais. Vai ter que contratar. Agora, para ele contratar, o que é que ele tem que fazer? Ele tem que fazer com que o secretário ou a secretária de Saúde...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) possa fazer o relatório e mandar para o Ministério da Saúde. Assim são os demais municípios. Tem que haver essa mobilização.

Agora, os gestores, os gestores de uma forma em geral, eles são os verdadeiros culpados por esse problema da crise, da falta de controle, como em Feira de Santana, em que já está para ser declarada, exatamente, essa epidemia com respeito à dengue, lamentavelmente...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, o deputado Jacó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Boa tarde, deputados e deputadas, colegas. Boa tarde, deputada Maria del Carmen, que está presidindo esta sessão. Boa tarde, nossos colegas aqui da Casa, da *TV Alba*, pessoal da imprensa, pessoal da tribuna.

Hoje eu trago aqui algumas colocações, algumas informações para este plenário e para o povo da Bahia. A primeira é concordando que lá em Brumadinho foi crime. Aquilo não foi acidente, aquilo foi um crime e só mostra o quanto é difícil, criterioso e importante regular essa questão da privatização. Porque esse povo do dinheiro é um povo mercenário, é um povo que não tem amor à vida de ninguém, nem ao meio ambiente; o lucro acima de tudo e de todos.

Então, é importante que a gente faça essa reflexão. Inclusive, como também é crime o que a Coelba está fazendo aqui na Bahia, deixando de ligar e fazer extensões de rede, deixando de complementar ligações dos agricultores familiares em diversas comunidades do estado da Bahia, porque também seu dono agora mora na Europa. E não se tem sequer a quem reclamar, a Companhia não atende por telefone, é secretária eletrônica.

Então, são exemplos do que estão fazendo com o nosso povo. E, como é crime também essa malfadada reforma da Previdência, que quer colocar o nosso povo para passar fome, para passar sede. E isso também nós não vamos aceitar.

Gostaria de compartilhar com os nossos colegas deputados e deputadas que, nesse final de semana, eu voltei para o Sertão. Fiz uma agenda corrida, nobre colega

Targino. Fui a Irecê, onde tive uma reunião importante com o colega vereador Murilo e com várias lideranças. Passei em Ibipêba também e tive uma reunião importante com o prefeito Demóstenes, com o ex-prefeito Jovino, com lideranças, como Danilo, como Mocobeu e como tantas outras. Passei em Xique-Xique também, onde me reuni com várias lideranças, saúdo Júnior, presidente do meu partido. Foram visitas importantes. E passei também no município de Lapão – e aqui mando meu abraço para o prefeito Ricardo. Em Lapão foi realizado, nesse final de semana, o Carnalapão, o Carnaval antecipado, e eu fiquei bastante impressionado com a qualidade da festa, com a estrutura, uma festa bacana, sem violência. Todo mundo aproveitou, curtiu, teve muita confraternização. E, eu gostaria de saudar o povo de Lapão, em nome do seu prefeito Ricardo Rodrigues, por essa brilhante festa.

Deixei um tempo maior para falar aqui para os colegas que fui surpreendido, deputado Targino, com a notícia, hoje de manhã cedo, lá do município de América Dourada. Uns jovens lá do município... Porque lá, como não tem praia, o pessoal faz aqueles balneários, deputada, tem a piscina, e o bar, e o restaurante. E a turma, deputado Osni, foi passar o dia comendo água, bebendo e tal. E, quando foi de tardinha, de noitinha, entraram oito jovens, oito jovens se amontoaram num carro pequeno e foram para a Estrada do Feijão. Saíram ali da entrada de Soares para irem à Lagoa dos Borges, a uns 10 quilômetros no máximo. Esses meninos entraram no carro, oito jovens. Vinha um caminhão de lá para cá, porque lá produz muita cebola irrigada. Isso já às 8 horas da noite. Vinha um caminhão de lá para cá, deputado Osni. Esse carro com esses jovens perdeu o controle, em alta velocidade, e bateu de frente com o caminhão, vitimando imediatamente os oito jovens. O povo de América Dourada está em luto, a região está enlutada.

Eu gostaria de pedir aqui, para finalizar o meu tempo, 1 minuto de silêncio desta Casa, em sentimento ao povo de América Dourada, às famílias enlutadas e àquele povo que, com certeza, está sofrendo muito. Então, gostaria de pedir 1 minuto de silêncio em homenagem a esses jovens que se foram.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Um minuto de silêncio, conforme solicitação do deputado Jacó.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.) (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, a deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos. Pedir desculpas à deputada Olívia, mas inicialmente não estava aqui na minha lista. Por isso, não a tinha chamado anteriormente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidente, eu tenho certeza de que não foi intencional, obviamente. E quero aqui, portanto, iniciar a minha fala, primeiro, saudando todo o povo da cidade de Queimadas. Acabei de receber a visita do prefeito André e da sua comitiva. Quero dizer aqui do meu compromisso com a cidade, com as demandas que me foram apresentadas em favor dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. E dizer que este mandato estará a serviço de toda a Região do Sisal, de

Queimadas e de outras cidades vizinhas que colaboraram e contribuíram com a nossa eleição.

Quero pedir essa inscrição, deputada Maria del Carmen, para dizer que nós temos – na verdade, toda a Assembleia Legislativa, na minha humilde opinião, e, em particular, nós mulheres da bancada feminina, também da bancada dos trabalhadores e trabalhadoras –, nós precisamos erguer a nossa voz, com muita força, contra essa perversa reforma da Previdência. Essa reforma significa uma grande tragédia para os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. É um ato de traição a nação, é um ato de desamor ao Brasil e ao povo brasileiro. É um ato que passa recibo, que chancela a miséria, a tragédia que já vive o nosso povo do nosso país. O Brasil ainda é um país com profundas desigualdades sociais, brutais desigualdades sociais. Se essa proposta de reforma da Previdência for aprovada, ela vai jogar milhões de brasileiros na absoluta indigência, na falta total de condição de viver uma velhice com algum tipo de apoio, de amparo.

É um absurdo uma reforma como essa, que amplia o tempo de contribuição mínima para 20 anos num país de desempregados. Nós tivemos recentemente, agora, nesta crise, deputada Maria del Carmen, nesta crise, em que milhões, 14 milhões de brasileiros se viram sem emprego em nosso país... Muitos não sabem nem quando vão retornar ao mercado de trabalho. Como é que essa contribuição vai se dar de 20 anos? E, para você receber, chegar ao teto de recebimento dos seus proventos, na condição de aposentado, você tem que contribuir 40 anos. Isso vai ser impossível para a grande maioria dos trabalhadores. Não será uma exceção, será a regra. A regra é não se aposentar. A regra é pegar a nossa estrutura de Previdência pública, que é protegida pela Constituição. É por isso que precisa de uma PEC quando se quer fazer reforma da Previdência. Tem que ter Proposta de Emenda Constitucional para se fazer reforma da Previdência, exatamente porque aqueles que legislaram lá atrás, que garantiram a nossa Carta Magna, a nossa Constituição, que é uma carta extremamente avançada, comprometida, de fato, com o povo brasileiro... Tudo o que foi pensado lá atrás foi no sentido de proteger os trabalhadores e as trabalhadoras. E agora o que se quer, inclusive, é rasgar esses direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, é retirar dessa proteção constitucional e garantir, assegurar que, através de lei complementar, se essa reforma for aprovada, através de lei complementar se possa mexer no direito de aposentadoria, na Previdência. E isso é um completo absurdo.

Quero lembrar também que as mulheres – que lutaram tanto no século passado para terem o direito de votar e continuam lutando pelo direito de serem eleitas de maneira numerosa, representativa e significativa – serão o segmento mais impactado por essa reforma. Porque são as mulheres que engravidam, que muitas vezes se retiram...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) do mercado de trabalho de maneira forçosa para cuidar dos seus filhos, porque não têm como bancar que outra mulher, uma trabalhadora doméstica, cuide dos seus filhos. Muitas vezes essas mulheres ficam anos sem ter condição de voltar para o mercado de trabalho. Não só isso, essa cultura da mulher como cuidadora: nós

temos agora uma companheira que trabalhava no TCA, uma servidora do TCA, uma menina terceirizada, mas com grandes...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) serviços prestados, deputada Maria del Carmen, que teve que renunciar ao emprego porque a mãe está com Alzheimer e pobre não tem condição de bancar enfermeira, cuidadora. Então, é ela que vai cuidar da mãe. Quando que essa menina vai retornar formalmente ao mercado de trabalho? Como que ela vai poder contar com tempo de aposentadoria para poder garantir de fato uma aposentadoria decente na sua velhice?

Então, finalizo, deputada Maria del Carmen, é preciso que uma grande luta se estabeleça em nosso país em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras; do povo nordestino e do povo do Norte do país, que são os mais precarizados; da população negra, que tem tanta dificuldade de estar, de se colocar e de se manter no mercado de trabalho. Portanto, o governo vai investir agora R\$45 milhões em propaganda para manipular a cabeça do povo em favor dessa reforma. E nós vamos ter que desmascarar. É uma reforma nefasta...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) é um atentado aos direitos adquiridos, consolidados com muita luta pelas trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Portanto, não serve à nação.

É isso, deputada. Muito obrigada pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Passo aqui a presidência à deputada Talita para que eu possa usar a tribuna.

A Sr.^a PRESIDENTA (Talita Oliveira): Com a palavra a deputada Maria del Carmen, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA: Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores nas Galerias, servidores desta Casa, taquígrafas, *TV Assembleia*, que nos acompanha nesta tarde, hoje faz 30 dias, 30 dias de tragédia, 30 dias de sofrimento, 30 dias de angústia para tantos que perderam seus entes queridos. Mais de 130 ainda não encontradas, 130 pessoas que perderam as vidas e que suas famílias não têm nem como chorá-las, não têm como enterrá-las, porque ainda estão enterradas debaixo da lama, que é uma lama... Não é só a lama dos rejeitos da mineração, mas é algo muito mais forte que está ali. Talvez alguns desses nunca mais consigam ser encontrados, ou haverá muita dificuldade para serem encontrados, porque depois de 30 dias...

Então, acho que é um momento de enorme reflexão para nós. O que leva a uma empresa como a Vale, e como outras empresas, deputado Targino, a proceder dessa forma? Tomando conhecimento... como já colocado pela imprensa, por revistas, inclusive não as revistas que mais admiro, mas que, de fato, colocam isso, deputado Osni, ela sabia do risco que estavam correndo e não teve qualquer preocupação em

preservar as vidas. Aconteceu em Mariana, e 3 anos depois volta a acontecer, e nas proporções do que aconteceu nessa que aí está.

Não houve um fenômeno natural que levasse ao rompimento da barragem. Não temos terremoto, não temos vulcões, não temos nada que levasse... nenhum fenômeno natural que dissesse que essa barragem romperia por essa causa. Ela rompeu por irresponsabilidade daqueles que tinham o dever de preservar as vidas das pessoas. Acreditavam tanto, ou eram tão irresponsáveis que acreditavam, que o acidente não aconteceria, deputada Olívia, que colocaram o escritório e o refeitório da empresa embaixo da barragem. E foi logo um dos primeiros a ser levado pela lama. Então, é uma demonstração de irresponsabilidade.

E eu fico a pensar, deputados, sobre o que era a Vale do Rio Doce antes, o que ela significava para o Brasil. Significou um sonho de produzirmos o nosso ferro, não precisar mais que viesse da Europa, como acontecia. Como temos belíssimos exemplos aqui, nesta cidade, de estruturas vindas da Europa, principalmente da Inglaterra, que foi a grande construtora de enormes equipamentos.

E de repente isso que era motivo de orgulho para nós nos envergonha e dá um exemplo para o mundo da irresponsabilidade dos nossos profissionais, porque são irresponsáveis também.

E eu mesma, sendo da categoria, sendo engenheira e tendo a vida toda trabalhado nessas áreas, na área técnica, sei da irresponsabilidade de se assinar um laudo quando se sabe antecipadamente das consequências que isso poderia produzir.

Um médico comete um erro, comete com uma pessoa. Um técnico, um engenheiro comete um erro desse e morrem mais de 300 pessoas, e destrói a vida de muitos mais do que essas 300, porque destruiu a vida daqueles que desapareceram e de suas famílias.

Portanto, essa é uma data de relembrar e de pensar sobre o que nós temos que fazer, sobre a nossa responsabilidade com o que vem para que nunca mais acidentes como esses voltem a acontecer. E nós esperamos que isso, de fato, aconteça.

Hoje, pela manhã, participei de um ato no Campo da Pólvora, promovido pelas igrejas...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Com sua tolerância, Sr.^a Presidenta.

(...) católicas, protestantes, de diversas outras matrizes, de matriz africana, que se reuniram ali no mesmo horário em que aconteceu o acidente para rezar, orar, pedir por essas famílias, pelos sentimentos dessas famílias. Mas também para chamar a atenção para a necessidade... Isso aconteceu no Brasil inteiro no mesmo horário. Os sinos das igrejas católicas dobraram por tantos e tantos que, infelizmente, perderam a vida.

Esperamos que esta Casa se mobilize para também analisar os problemas – o governador já diz que proíbe barragens elevadas a montante no estado da Bahia, para que tenhamos um cuidado com essas –, mas também analisar quais as consequências do rompimento dessa barragem para a Bahia.

Muito obrigada, Sr.^a Presidenta, por sua tolerância.
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Osni, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. OSNI CARDOSO LULA DA SILVA: Boa tarde a todos e todas.

Para mim é uma honra estar aqui. É a primeira vez que eu estou usando, meu Líder Rosemberg, é a primeira vez que tenho a experiência de usar esta tribuna. Minha presidenta Maria del Carmen, é um prazer estar, neste momento, aqui com V. Ex.^a.

Primeiro, queria reafirmar que não foi acidente. Quero reafirmar a percepção que tive desde Mariana e a percepção que tive desde o dia em que eu vi a Vale do Rio Doce, que tinha o valor estimado de quase 100 bilhões, sendo vendida com aquela guerra judicial. Na época, foi vendida por pouco mais de 3 bilhões. Então, é lamentável desde aquela época o que aconteceu no Brasil com esse formato que muitos ainda acreditam que seja o jeito de o Brasil melhorar.

Ontem, recebi um vídeo de um jovem lamentando, pela quarta vez, uma quantidade imensa de peixe mortos no rio Pardo, na cidade de Pau Brasil. É óbvio que isso não tem nada a ver, talvez não tenha a ver com os poluentes da barragem de Brumadinho, que deverá ser o grande debate. Não sei se o deputado José de Arimateia está conosco aqui, mas há a necessidade, talvez, de nós, da nossa Comissão de Meio Ambiente começar a pensar em visitar a região de Minas para saber o que é que pode acontecer com a Bahia, porque muito de ruim já aconteceu, mas isso ainda pode avançar, com os poluentes que podem adentrar o rio São Francisco.

Então, quero também conclamar todos os membros da Comissão de Meio Ambiente para que avaliemos a possibilidade de ir até Pau Brasil – não é uma região onde eu tive voto, não é uma cidade onde eu tive voto, tive uma lembrança que vou agradecer sempre – pelo compromisso da Comissão de Meio Ambiente, pela necessidade de descobrir por qual motivo os pescadores do rio Pardo em Pau Brasil, naquela passagem do rio por aquele município, não estão podendo manter a sua atividade econômica por conta do que está acontecendo.

Mas nem tudo na vida é miséria e desgraça. Como se diz, nem tudo é a profecia da desgraça. Mas há muita coisa boa, e tem muita gente pensando essa sociedade brasileira. E eu queria aproveitar para parabenizar o Instituto Rede Mar, que por três vezes seguidas vem fazendo ações aqui, em Salvador, com o lema: “O mar não está para plástico”.

Ações que eu vi... participei de uma que vi repercutindo muito bem, vi a população aceitando muito bem aquela ação, num debate muito específico sobre a lógica dos resíduos sólidos, porque não é só aquilo que deixamos no mar, mas, principalmente, aquilo que deixamos em qualquer rio, em qualquer lugar do planeta e que também vai para o mar. E há a necessidade urgente de podermos trabalhar também esse desafio.

Também quero convidar os deputados aqui, porque nem todos acompanham o debate da Frente Nacional Ambientalista, porque na quarta-feira haverá uma reunião em Brasília. Eu estou indo, o deputado Marcelino Galo também está indo. E eu queria, também, deixar esse convite para todos que estão aqui, nesta Casa, e que nos estejam ouvindo.

Estive com o nosso presidente, Nelson Leal, na semana passada, para tratar do ParlaVerde, um projeto que o deputado Joseildo fez aqui, na Casa, que tem uma intenção real... quero pedir, também, aos deputados que apostemos na ideia, que é um projeto que prevê mudanças em várias áreas aqui, em nossa Casa, inclusive na captação de água, energia fotovoltaica. Vocês conhecem o debate do ParlaVerde, que é uma proposta para esta Casa. Que possamos executá-la, começando a dar exemplo, enquanto parlamentar, de que é possível fazer algo que ajude nossa Casa a ser melhor.

E quero dar um dado... ainda mais que a deputada Olívia Santana –acho que a deputada já saiu –falou aqui, minha presidente, sobre o desafio que é essa reforma da Previdência. Lamentavelmente, já vi um ensaio de Rodrigo Maia, conclamando o governo a fazer propaganda igual ao que foi feito na campanha, para convencer o povo brasileiro de que a reforma da Previdência é boa. Então, é um alerta: devemos nos dar conta que, numa pauta tão séria como essa, tão importante, não dá para usar ou se utilizar do mecanismo das *fake news*.

E colocar um dado, aqui, para vocês. Eu fui prefeito de Serrinha por dois mandatos e num ano eu fiz uma avaliação...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) de qual era o orçamento do município de Serrinha, que variava em torno de 110 a 120 milhões/ano, e todos os repasses voluntários da Seguridade Social no município de Serrinha giravam, no ano, em torno de R\$ 260 milhões. Então, vejam que todo o dinheiro do município é menor do que o recurso da Seguridade Social. Se essa reforma que está aí for aprovada podem ter certeza que os municípios vão fechar as portas, porque não vão aguentar...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) bancar política pública para tanta gente sem dinheiro e com o desemprego do jeito que está.

Obrigado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a, deputado Osni... Nós discutimos na Mesa esses temas. O Sr. Presidente levou, na última reunião, à Mesa esses temas do ParlaVerde, e alguns deles já foram aprovados pela Mesa Diretora para serem implantados.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula.): Com a palavra o deputado, Líder da Maioria, Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidores, visitantes, minha querida deputada Maria del Carmen, que

preside esta sessão, deputado Targino Machado, Líder do Bloco da Minoria na Casa, eu hoje, realmente, quero me juntar a todos que se manifestaram aqui. Certamente que todos os deputados, todos os 63, têm o mesmo sentimento com relação aos 30 dias do episódio em Brumadinho, que levou 300 pessoas, ou seja, 179 desaparecidas e 131 já consideradas mortas. Lamentar que ainda convivamos com diversas situações como essa pelo Brasil afora.

Espero, mais uma vez, que todos nós tenhamos um olhar prioritário para situações como essa para evitar novas catástrofes. E que possamos evitar de estar aqui falando, porque sofrendo mesmo, sem dúvida alguma, devem estar os familiares daqueles que perderam... Ainda ontem li sobre o sofrimento de uma mulher chamada Paloma, que perdeu marido, filho de 1 ano e irmã naquele episódio. O sofrimento dela, sem dúvida alguma, é muito maior do que os dos 63 deputados aqui, nesta Casa.

Por isso, acho que devemos tomar isso como uma experiência negativa e dela aproveitar para que possamos tomar todas as medidas para que novas catástrofes como essa não venham a acontecer no nosso país, em especial aqui, na nossa Bahia.

Mas, presidenta, eu, na realidade, hoje me inscrevi porque me preocupa bastante o bate cabeça do governo federal em relação a diversas áreas. Mas me preocupa muito a subserviência desse governo aos Estados Unidos. Para atender aos interesses do presidente dos Estados Unidos e do seu vice, que está coordenando o processo, numa tentativa de ocupação da Venezuela, o Brasil se submete a ser terceirizado dos Estados Unidos quando vai à sua fronteira para atender às ordens do vice-presidente norte-americano, para atender aos interesses daquele país numa relação com a Venezuela.

Eu, aqui, sem entrar no mérito da questão humanitária, da situação por que passa a Venezuela, pois nos Estados Unidos existem mais pobres do que na Venezuela, sem entrar no mérito, aqui, do tipo de governo que cada uma dessas nações pratica.

Mas é lamentável, deputado Zé Raimundo, que o nosso país, os governantes do nosso país e o presidente do nosso país, em vez de cuidar dos interesses da sociedade brasileira, se ajoelham diante dos Estados Unidos para colocar todo o país em perigo, principalmente as pessoas que moram na fronteira, ali, em Roraima, para atender, apenas, aos interesses de seu proprietário, que é o capital norte-americano.

Por isso, quero deixar, deputado Targino, registrado isso aqui.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Respeito e já disse nesta tribuna que disputamos uma eleição no plano federal e a perdemos. Respeito o presidente como eleito, porque a maioria o elegeu. Sou democrata para isso. Mas não posso ficar com os olhos e a boca fechados a uma loucura que faz o presidente do Brasil para atender aos interesses do presidente norte-americano ao colocar em risco a soberania nacional.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Zé Raimundo, o último orador inscrito, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr.^a Presidente desta sessão, deputada Maria del Carmen, colegas deputados e deputadas, os que nos ouvem pela *TV Assembleia*, os presentes, a assessoria da nossa Mesa, eu trago uma breve notícia da presença do governador Rui Costa hoje no interior da Bahia, na Região Sudoeste, mais precisamente no município de Rio do Antônio, para inaugurar uma escola, um colégio belíssimo, luta histórica do deputado federal Waldenor Pereira, também do nosso mandato.

O governador, hoje, com o prefeito Deca, vereadores da Base do Governo, na presença do professor Lúcio, amigo e companheiro nosso, e, também, do secretário Carlos Porto, entregou aquele belo colégio na presença do nosso secretário Jerônimo Rodrigues.

Foi uma grande revolução. Há o aspecto sentimental, porque o Colégio Estadual Professora Lia Publio de Castro é a escola que leva o nome de uma família lutadora pela democracia na região. Há mais ainda. Foi nessa escola que nasceu uma amiga nossa, a professora Ester Figueiredo, a esposa de Waldenor Pereira. São aquelas escolas de antigamente onde havia a sala do professor e a sala de aula. A professora Marta, querida amiga, residente hoje em Vitória da Conquista, teve sua primeira filha que hoje é doutora, educadora e integra inclusive o Conselho Estadual de Educação.

Por isso, é com muita alegria que anunciamos a nossa ida ao distrito de Ibitira em Rio do Antônio. Lá estivemos hoje com o governador Rui Costa. Além dos aspectos das obras e das ações dele na área da educação, o governador Rui Costa apresentou um panorama do que ele tem feito lá no Sudoeste da Bahia. Por isso, foi com muita alegria que estivemos, lá, hoje pela manhã, e chegamos à tarde ainda para acompanhar esta sessão.

E, nesta sessão também, nobre deputada, eu gostaria de registrar a minha solidariedade a todo o povo de Minas Gerais, também aqui com os deputados da nossa bancada, da Bancada do Governo, independente até de partidos políticos, os deputados que têm se manifestado de forma muito contundente contra este crime cometido pela Vale do Rio Doce em Brumadinho e, anteriormente, em Mariana.

Eu gostaria de chamar atenção para um fato. Está na Ordem do Dia novamente uma re, eu diria, uma retomada do projeto neoliberal que vai buscar destruir o que restou do estado de bem-estar social, do estado gerente, de um estado promotor do desenvolvimento econômico, montado na década de 1930 por Getúlio Vargas, reforçado nos anos ainda 1950.

E, diria mesmo, até os militares, no período da ditadura, não foram tão entreguistas como foi depois o governo Collor, em certo sentido também o governo de FHC, e que está sendo, agora, este governo do Bolsonaro, sinalizando claramente para a destruição dos ativos nacionais, da capacidade de um estado gerenciar, induzir a economia e promover políticas públicas.

E isso está muito relacionado com a Vale do Rio Doce, porque era uma empresa privada que, na década de 1930, foi estatizada por Getúlio Vargas, tomando, de certa maneira, o controle dos americanos, que já era ali dos Estados Unidos, e promoveu o desenvolvimento nacional construindo a indústria de base a partir da siderurgia. Segundo alguns analistas e estudiosos, a empresa foi privatizada a preço de banana por 3 bilhões e pouco à época, menos de R\$ 4 bilhões, e que se mostrou depois uma empresa rentável e propiciou, ao Brasil, exportação de commodities minerais.

E, agora, depois de privatizada, essa empresa foi perdendo a sua capacidade, ela foi perdendo a sua capacidade de respeitar as legislações ambiental e trabalhista, e culminou com esses dois grandes acidentes.

Por isso, ao lado...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) da solidariedade para com as famílias dos mortos e dos desaparecidos, nós temos, claramente, de dizer que o caminho da privatização não é o caminho do bem-estar social, não é uma política nacionalista, não é um projeto que possa incluir o povo brasileiro no desenvolvimento econômico e social.

Por isso, a nossa solidariedade e a firmeza da nossa bancada, ao lado de deputados democratas, deputados sensíveis...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: (...) que eu tenho certeza que iremos barrar as medidas que estão querendo ser implantadas, agora, pelo governo Bolsonaro.

Muito obrigado pela sua tolerância, presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, inicialmente, eu quero registrar a nossa solidariedade, em meu nome e de toda a Bancada da Oposição desta Casa, às palavras de todos os colegas que trouxeram, de igual modo, a sua solidariedade às vítimas deste crime perpetrado em Brumadinho.

Mas, eu quero, Sr.^a Presidente, também, deixar registrado que o rompimento da Barragem de Mariana, ocorrido em 5 de novembro de 2015, foi responsável pelo maior desastre ambiental neste país. Àquela época, era presidente da República a Sr.^a Dilma Rousseff; em momento seguinte, foi o presidente Michel Temer; agora, é o presidente Jair Bolsonaro. E nada foi feito durante esse período para se evitar novos rompimentos.

Diga-se de passagem, esta técnica de se fazer a barragem a montante, ou seja, pegar a...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Elevação a montante.

O Sr. Targino Machado: Elevação a montante. Pegar a terra, no caso aí, não é nem a terra, é o rejeito, e represando o rejeito em elevação a montante.

Isso, eu não faço na minha fazenda, na minha propriedade, para reservar a água dos açudes, porque sei que não vai dar certo. Uma hora vem a chuva e leva essa barragem. Mas essa técnica continua sendo feita.

Espera-se que este governo do Jair Bolsonaro, onde ocorreu o rompimento da Barragem de Brumadinho, é, até aqui, espero que nunca seja superado, que outros desastres do gênero não venham ocorrer, mas é um desastre humano, um desastre humano.

Disse essas coisas, Excelência, para dizer que isso não é culpa de um governo. Isso é culpa da tolerância dos governos todos neste País através da ganância de alguns, porque, na verdade, o que provocou isso foi a ganância da Vale, uma empresa carregada de bons técnicos que sabiam que aquilo não ia dar certo. A irresponsabilidade e a certeza da impunidade são tamanhas que pegaram o restaurante e a parte administrativa da empresa e colocaram abaixo daquela barragem que não era... Não se previa um acidente não. Aquilo ali já se previa o sinistro, como veio a acontecer.

Agora, eu quero também deixar registrado, Excelência, um fato. Hoje, um deputado falou que 45 milhões serão gastos em uma campanha publicitária em favor da reforma da Previdência. Sem entrar no mérito, eu acho um absurdo. Faltando tanto dinheiro para a saúde e para a educação, se investir tanto dinheiro em uma campanha publicitária, quando quem vai votar isso são S. Ex.^{as}, os deputados e os senadores.

Mas eu não resisto a dizer que, nesses últimos três governos, nesses 12 anos, na Bahia, gastou-se em propaganda R\$ 1,7 bilhão, repito, um bilhão e setecentos milhões de reais. Por coincidência, foi a mesma coisa que foi investido como investimento, na verdade, em saúde pública. Então falar-se de 45 milhões quando se gasta, em 12 anos, 1,7 bilhão, nem todos têm autoridade para fazer essa fala.

Eu concluo pedindo a V. Ex.^a a verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Não havendo quórum suficiente para continuidade da presente sessão, damos a mesma por encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.